

N.º 771

# Tradição marítima

## de PORTUGAL

Conferência pronunciada a bordo do cru-  
zador «Adamastor», no dia 5 de Novembro  
de 1915, por Henrique Lopes de Mendonça,  
capitão de mar e guerra reformado e e

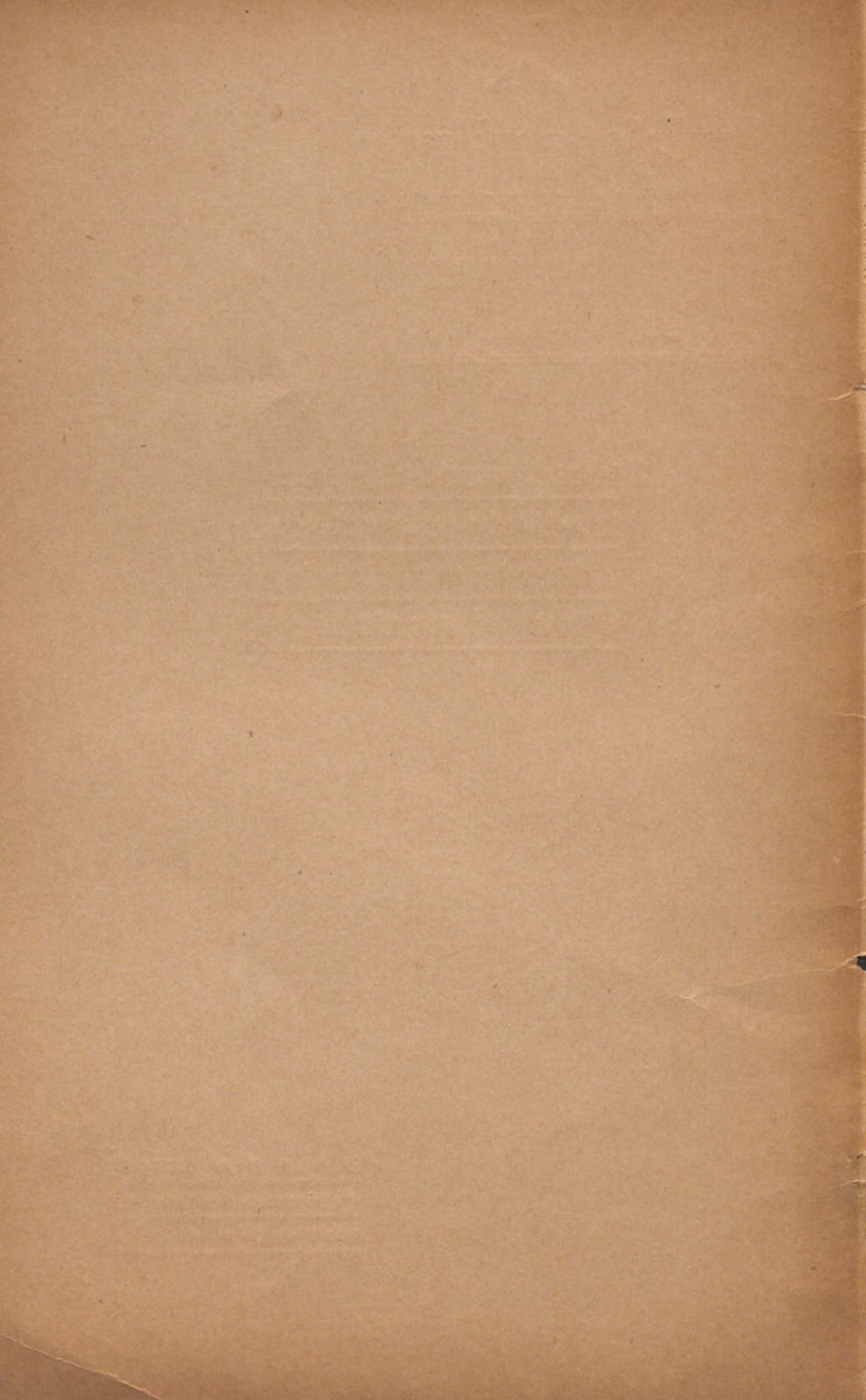


④ ④ ④ ④ ④ LISBOA

④ Imprensa Nacional ④

1915 ④ ④ ④ ④ ④

RC  
MNCT  
94  
MEN

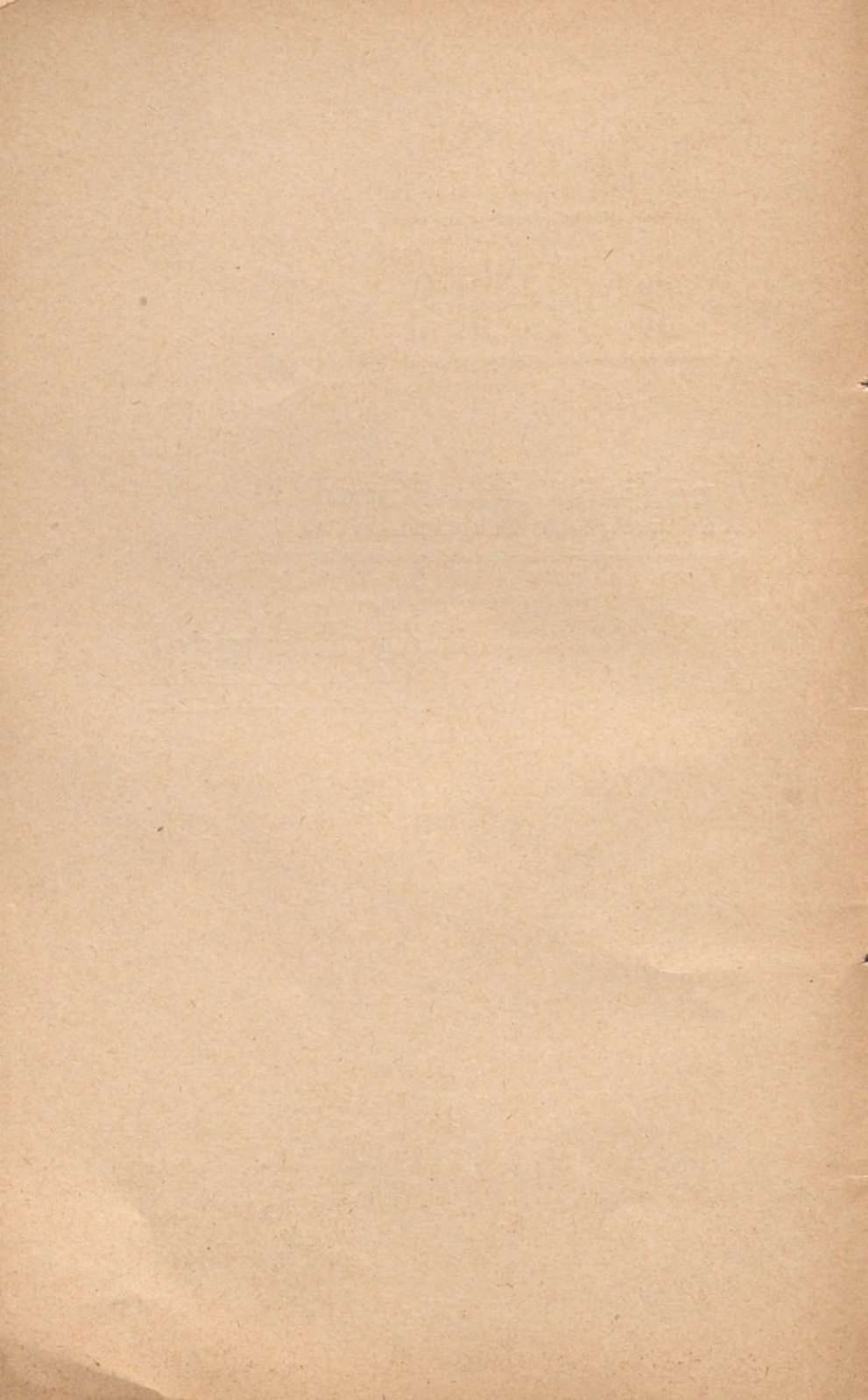




Tradição marítima

de Portugal







# Tradição marítima

---

# de PORTUGAL

---



Conferência pronunciada a bordo do cru-  
zador «Adamastor», no dia 5 de Novembro  
de 1915, por Henrique Lopes de Mendonça,  
capitão de mar e guerra reformado



CENTRO CIÊNCIA VIVA  
ROMULO DE CARVALHO

RC  
MNCT  
94  
MEN

① ② ③ ④ ⑤ LISBOA  
① Imprensa Nacional ②  
1915 ③ ④ ⑤ ⑥ ⑦ ⑧





SENHOR MINISTRO DA MARINHA,  
SENHOR CHEFE DA DIVISÃO NAVAL,  
MEUS CAMARADAS E AMIGOS :

A V. Ex.<sup>a</sup>, senhor Ministro, agradeço efusivamente as lisonjeiras palavras que acabo de ouvir, mais inspiradas na generosidade do seu ânimo do que nos meus mingados méritos.

Ao meu presado camarada Leote do Rêgo cordialmente agradeço a distinção do seu convite, que passageiramente me vem ligar à vida activa da marinha de guerra, avivando-me no espírito recordações que para a velhice são sempre saúdosas, por maior que seja a consciência de que o meu trabalho actual não é inteiramente improficuo para o país. De cousas velhas trato, é certo mas empenho-me em lhes tirar todo o bafo, para que o seu brilho possa iluminar os contemporâneos. São uns reflexos dessa luz que eu vou tentar agora fazer reverberar aos olhos dos bravos e liais marinheiros de Portugal, dando-lhes a maior clareza possível para que êles penetrem bem vivos até o íntimo das almas. Conforme é meu hábito, nascido da desconfiança em minha memória e nos meus nervos, não quis entregar ao acaso do improvisto a singela palestra que lhes vou fazer. Escrevi de corrida uns rápidos apontamentos, que vou ler, e não será talvez difícil manter a ilusão de que estou falando, tam espontâneas e porventura um pouco descosidas eram as fôlhas que me iam saindo das mãos. Escusado é acrescentar que na minha exposição sumária não existe sombra de novidade para os ouvintes mais cultos que com a sua presença me honram.



Dirijo-me a espíritos que, na rude labuta do mar, consagrando a vida ao serviço da pátria, não tiveram ensejo de assimilar os elementos da sciência histórica. A presença dos outros, considero-a como honroso estímulo para o desempenho da missão que sem demora vou encetar.



As acções dos homens é que fazem o valor da sua vida, útil, indiferente ou prejudicial, conforme a influência que elas possam ter na sociedade. A existência de cada homem valoriza-se portanto pela continuidade dos actos benéficos, com que contribuiu para o melhoramento das condições da vida social. O seu passado, à proporção que se vai enchendo dêsses actos, constitui por tanto um diploma de nobreza, digno da veneração dos mais ferrenhos democratas. Aos olhos dêstes, é claro que tanto avulta o esforço do general ilustre ou do almirante notável que por terra ou por mar defenderam a sua pátria, como o do operário obscuro que inventou ou aperfeiçoou, à custa dum trabalho tenaz, qualquer mecanismo útil à humanidade, como o do marinheiro que arriscou a vida para salvar a vida dos seus semelhantes, como o do mestre-escola que envelheceu na tarefa aturada de encher de luz a sua aldeola. Todos êles são nobres, no sentido originário da palavra, e é neste sentido que eu a emprego, e não no sentido convencional que estabelece castas derivadas duma pureza de sangue, muitas vezes desmentida.

Ora como a vida dos indivíduos é a vida das nações.

Muitas há que passaram pela história sem deixar vestígios que valham. Outras exerceram uma acção perniciosa, destruindo povos ou atrasando o progresso da humanidade, como por exemplo os hunos, gente que veio lá das entranhas da Ásia para arrasar as terras civilizadas da Europa. Outras emfim ensinaram aos homens alguma cousa de útil, ajuntaram elementos valiosos à sciência ou contribuíram para implantar um regime de justiça nas sociedades humanas. São as acções destas últimas que formam a sua tradição e que estabelecem a sua nobreza. Todo o mundo as respeita pelo seu passado, embora muitas vezes o presente seja apagado e desditoso. Pode haver conquistadores que as subjuguem, desgraças que as prostrem, calamidades que na aparência as destruam. Quando elas se compenetraram da sua



tradição, quando não lhes falta a vontade de honrar as suas memórias e dar lustre aos seus pergaminhos, iso lhes dá energia para mais tarde ou mais cedo voltarem à vida, vencendo todos os estorvos.

Quero dar-lhes alguns exemplos, que não precisam largos estudos para serem compreendidos. Há vinte e tantos séculos existiu um povo cheio de inteligência e de bravura, que deu alento tamanho às artes e às letras que nós ainda hoje alimentamos com a sua herança os nossos espíritos. Esse povo chamou-se a Grécia. Pois querem saber? Durante cêrca de dois mil anos, essa nação foi espezinhada, espoliada, torturada, por conquistadores, romanos, bárbaros, turcos. Há cousa de um século, o povo revoltou-se para reviver a sua nacionalidade, para reaver a independência, há tanto tempo perdida. A nobreza da sua tradição foi bastante para lhe conquistar a simpatia da Europa inteira. De toda a parte se levantaram vozes em seu favor, acorreram soldados a defendê-lo. E êsse povo conseguiu sacudir o jugo da Turquia, que era ainda nesse tempo um colosso, e constituir uma nação, hoje respeitada e próspera.

A presente guerra, a mais formidável que tem havido no mundo, sugere-nos outros exemplos frisantes. Logo a comêço, tanto a Rússia como a Alemanha fizeram promessas, mais ou menos formais, de reconstituir a nacionalidade da Polónia. E que era a Polónia? Uma nação esquartejada há dois séculos em proveito das ambições de três grandes impérios, a Rússia, a Alemanha e a Áustria. Mas êsse povo tinha tradições gloriosas. Durante séculos defendera a Cristandade contra as invasões dos Turcos. E principalmente a essas tradições deveu a promessa, que cedo ou tarde terá de cumprir-se.

Dois povos ainda tem mostrado uma heroicidade admirável na sua defesa contra a brutalidade dos grandes impérios que representam hoje o despotismo feroz de antigas eras. Esses povos são a Bélgica e a Sérvia. Pois bem! Poderá por momentos esmagá-los a fôrça bruta. Mas o seu direito à vida está brilhantemente afirmado pela tradição histórica que estão criando, e não há dúvida que a consciência do mundo inteiro há-de fazê-lo valer, logo que passe a terrível tormenta.

Aqui tem os meus amigos as provas de quanto vale a tradição. Desgraçado o povo que a desdenhe, como desgraçado é o homem que, na idade viril, não encontre no seu passado as bases do seu futuro e o estímulo para



vencer as adversidades! É como uma pessoa que trepou ao cêsto-da-gávea e que, ao lembrar-se de como foi capaz dessa proeza, ganha fôrça para subir à grimpá do mastaréu. Se se esquecer do esforço que fez, se imaginar que foi um milagre que o guindou àquelas alturas, não sentirá dentro de si energia para continuar na subida, e ficará de braços cruzados à espera que se renove o milagre.

A memória dos homens serve para isto, para ter sempre diante dos olhos a sua vida passada, e encher-se de orgulho pelos bons actos que praticou e de coragem para os que tenciona ainda praticar. Falo, já se vê, daqueles que são bons e honrados. Aos outros, aos ruins, serve-lhes a memória de castigo, e não é pequeno.

Ora a memória dos povos contêm-se na sua história. Voltar os olhos para ela, quando está cheia de grandes cousas, é criar ânimo para as continuar. E se há história que mereça recordar-se, é sem dúvida a nossa, a do nosso Portugal, que foi uma das nações que, apesar de pequena, maiores serviços prestou ao mundo. São êsses serviços que eu vou relembrar, o mais resumidamente e o mais claramente que me fôr possível, a fim de que os valentes marinheiros que me ouvem saibam quanto tem valido no mundo a terra que defendem, e sintam um orgulho bem consciente pela pátria que lhes coube em sorte.



A mais gloriosa das tradições de Portugal está no mar. Não admira que desde o começo da nossa história o mar nos namorasse. Portugal é uma nesgazinha de território cortado ao poente da Península Hispânica. Metade das suas fronteiras são beijadas pela água salgada. A bem dizer só os serranos de Trás-os-Montes e da Beira não enchem a cada passo os olhos com a imensidade do Oceano. Desde tempos muito antigos, do mar nos vinha a riqueza, quer pela pesca em que se empregava um grande número de habitantes da costa, quer pelo comércio que trazia aos nossos portos navios carregados de fazendas, e levava de cá os nossos productos pelos quais recebíamos bom dinheiro. Se existiam estes motivos permanentes para que nós fôssemos gratos ao mar, houve outro motivo que para êle levou o melhor da nossa actividade. Em breves palavras o vou explicar.



Há perto de oito séculos (800 anos) o território ao norte de Portugal pertencia ao reino de Castela, que era então o mais importante dos reinos em que se dividia a Espanha. Esse território era governado por um conde, sujeito ao rei de Castela, pouco mais ou menos como os governadores de Angola ou de Moçambique estão hoje sujeitos ao Governo da República. Mas o povo que habitava nesse território tinha ganas de ser livre, e como encontrasse um chefe audacioso e heróico na pessoa do filho daquele conde, chamado D. Afonso Henriques, proclamou-o rei e libertou-se, à custa de muitas guerras, da sujeição a Castela.

Aí temos o nosso primeiro rei à testa de uma nação valente, mas pequena em número e em território. Porque a parte sul do que é hoje Portugal estava nesse tempo ocupada pelos mouros. Foram precisas lutas porfiadas para os vencer, o que só ao cabo de uns dois séculos se conseguiu. Ficámos assim com as fronteiras que hoje temos, mas aí tínhamos a nesga de terreno entalada entre o mar e o reino de Castela, o qual não olhava com bons olhos a nossa independência e buscava sempre maneira de nos engulir de novo. Quanto ao mar, ao passo que nos íamos organizando e fortalecendo, íamos sempre deitando para êle as vistas, porque sentíamos que só para essa banda nos podíamos expandir. Foi por isso que um rei nosso, muito inteligente e activo, por nome D. Dinis, plantou o pinhal de Leiria onde encontrásemos madeira para a construção de navios, e começou a organizar a sério a nossa marinha. Outro rei, D. Fernando embora desleixado e leviano, dedicou também atentos cuidados à navegação, favorecendo muito os armadores.

O demónio foi que nos deixou uma herança terrível!

Por sua morte e como não houvesse herdeiro varão à coroa, o genro dêle, que era o rei de Castela, quis lançar mão de Portugal. Mas os portugueses, que já nesse tempo não se importavam demasiado com pretendidos direitos havidos por graça de Deus, escolheram o rei que muito bem lhes pareceu, o qual era irmão bastardo de D. Fernando. Foi êle D. João I, manhoso mas valente, ambicioso mas patriota, o qual, por mãos de um grande herói português, o condestável D. Nuno Alvares Pereira, derrotou os castelhanos em Aljubarrota e desafogou Portugal da ameaça espanhola.

Feita a paz com Castela, achou êle que era indis



pensável dar emprêgo às actividades guerreiras do povo português, que referviam e se desperdiçavam. Deitou os olhos para o mar. Fronteira à costa sul de África, apenas separada por um braço de mar que era a embocadura do Mediterrâneo, estendia-se a costa de Marrocos. Povoadam-na mouros, e de lá tinham vindo mouros a conquistar a Espanha, a desarreigar a cruz que era o emblema da nossa civilização e a implantar o crescente que era o emblema da religião dêles. Eram êles o inimigo constante da Cristandade, a que nós pertencíamos, e inimigo nosso, por isso que nos ameaçavam sempre com as suas piratarías, nos devastavam a miúdo as costas. «Vamos atirá-los para fora daquele ninho!» disse o rei. Organizou uma expedição, e caíu de chofre sôbre uma das cidades mais ricas que êles ocupavam. Essa cidade era Ceuta, a qual foi conquistada pelos nossos fez precisamente cinco séculos a 21 de Agosto dêste ano. Esse centenário celebrou-se muito modestamente, quando deveria ter tido uma retumbância enorme. Não pelo que valia Ceuta, embora aliás fôsse rica, mas por ser êsse o primeiro passo que os portugueses deram para fora do seu território, a emprêsa que abriu caminho às outras emprêsas gigantescas que levámos a cabo.

Um dos primeiros entusiastas dessa emprêsa foi o infante D. Henrique, filho do rei, que logo sonhou valer-se dos recursos navais e das propensões marinheiras dos nossos para lançá-los mar em fora, em procura d'outras terras. O que o seduzia principalmente era chegar à Índia, país mal conhecido nesse tempo, mas donde vinham grandes riquezas por via de terra. Umas repúblicas que havia na Itália, Génova, Pisa e principalmente Veneza, enriqueciam-se à custa dêsse comércio. Se se encontrasse o caminho marítimo, todo êle viria para Lisboa.

O sonho era grande, mas as dificuldades eram enormes, e mais enormes pareciam aos homens daquele tempo que do mundo conheciam pouco. O que não conheciam, supriam-no por fantasias de meter medo aos mais valentes. Cuidavam êles que mais para o sul do cabo de Espartel, os vagalhões tremendos enguliam os navios no meio duma escuridão em que não havia dia. Chamavam a isso o Mar Tenebroso. Cuidavam que a certa distância da linha, que vós tanta vez tendes atravessado sem perigos, havia um calor tamanho que abrasava os corpos dos homens. Imaginavam por todas essas terras



desconhecidas monstros pavorosos que devoravam gente. Enfim era um acervo de terrores que durante séculos tinham evitado que os homens da Europa se aventurassem a distância das suas costas. E o que êles a bem dizer conheciam do mundo era apenas a quarta parte das terras existentes.

Calculem agora que audácia, que temeridade eram precisas para arrostar com todos êsses perigos, medonhos como pesadelos de cabeças esquentadas. Pois essa temeridade tiveram-na os marinheiros portugueses, mandados pelo infante D. Henrique a contornar a África até que achassem caminho que os levasse à Índia. E todo o mundo ficou pasmado de tanta ousadia.

E tanto maior ela é, quanto mais minguados eram os recursos de que então podiam servir-se. ; Imaginam que nesse tempo havia grandes navios, máquinas poderosas para os mover, agulhas muito bem concertadas, cartas marítimas por onde se soltasse o rumo com segurança, sextantes aperfeiçoados para se conhecer pelos astros a posição dos navios, mantimentos substanciais e bem conservados para alimentarem a vida? ; Qual história! Os navios mais perfeitos que a princípio empregaram os portugueses eram caravelas, uns chavecos de três mastros com velas latinas triangulares, semelhantes aos nossos caíques, e com a lotação aproximada de um palhote ou de um patacho. A respeito de motores, o vento, e às vezes os remos, quando o navio caía em calma. A bússola era uma invenção recente e ainda muito imperfeita. ; Cartas como podia havê-las se o mar imenso, nunca tinha sido sulcado por outros navios? De instrumentos, apparecera o astrolábio e a balestilha, rudimentares e enormes, que só em terra se podiam empregar. E pelo que respeita a mantimentos, contentassem-se com peixe salgado, biscoito em vésperas de apodrecer, vinho em vésperas de azedar, marmelada e arrobe e compotas mal fabricadas e mal conservadas.

Infinita devia ser a perseverança, colossal o valor dêsses homens, para assim se atirarem ao Mistério. Mistério, sim! era uma cousa profunda, desconhecida, cheia de pavores, para onde êles iam mais com a certeza da morte que com a segurança da vida. ; Não é verdade, meus amigos, que devemos ufanar-nos de tais antepassados?

Mas êles iam, teimavam, porfiavam, aclarando pouco a pouco as sombras, desvendando segredos, espancando



a ignorância humana. Não era apenas a ambição das riquezas que os levava. Era outra ambição mais nobre, a de aumentar a ciência, a de dar aos homens a posse da terra, de que êles quasi apenas conheciam os pedaços onde punham os pés. Quando por acaso se engolfavam mais no oceano, surdiam-lhe diante dos olhos ilhas des povoadas: primeiro os Açôres, depois a Madeira, mais tarde as de Cabo Verde. Iam contornando a imensa África, aportando a praias onde só habitavam selva gens, que tinham de nós menos conhecimento do que nós dêles. Alguns recebiam-nos com espanto benévolo.

A maior parte começavam as suas relações conosco à azagaiada e à frechada, e o nosso sangue ia marcando cada uma das descobertas. Mas os navegadores seguiam sempre avante, intrépidos. Isto levou bastantes anos, até que morreu o infante D. Henrique, que com o dinheiro do mestrado de Cristo e mais ainda com a pertinácia do seu espírito dava alento às expedições. Por morte dêle, elas afrouxaram um pouco, porque o rei que então reinava, D. Afonso V, distraíra a nossa actividade para a conquista das terras marroquinas, tam afins do nosso Algarve que lhes chamavam o Algarve de Alem-mar. Mas o infante deixava descoberta a costa até a entrada, pouco mais ou menos, do gôlfo da Guiné. Passados tempos, outro rei, um dos mais notáveis de Portugal, D. João II, retomou com afinco a emprêsa. Mandou caravelas mais avante, que descobriram o rio Zaire ou Congo e a costa de Angola. Depois, como tivesse sempre presente o descobrimento da derrota marítima até a Índia, mandou por terra uma expedição, de que era o principal chefe Pero da Covilhã, a fim de saber como os árabes da costa oriental da África faziam navegação para a Índia. Pero da Covilhã tomou todas as informações e mandou um relatório ao rei. Ao tempo que êste relatório chegou, tinha êle mandado outra expedição naval, para chegar ao extremo sul da África. Pero aqui um momento, porque esta expedição é das mais heróicas, e decerto a mais importate pela consequências, de todas as expedições portuguezas.



Das mais heróicas, sim! porque nunca a grandeza do fim esteve em maior desproporção com a pequenez dos meios. Bartolomeu Dias, um mareante rude e perito,



levava consigo três navios pequenos, nenhum dos quais teria 50 toneladas. Foi seguindo a costa pela derrota já conhecida até lá para o sul de Angola. Depois aproou mais para o sul. Os ventos afastaram-no da costa. Viu-se com os três barcos de má morte engolfado num mar absolutamente desconhecido, com um frio desusado, umas vagas já mais alterosas do que as do mar das Patas, vagas que ameaçavam engulir a destemida trempe de barcalhoças, que se desconjuntavam ao balanço. Passados dias, quando o vento o permitiu, meteu para leste para reconhecer a terra. Apanhou-o um daqueles temporais que muitos dos presentes decerto já conheceram, os afamados temporais do Cabo. Navegou, navegou, sem encontrar terra. Quando pôde, deitou para o norte. Viu por fim a costa, mas reconheceu que ela já virava para nordeste. Percebeu que tinha dobrado a esquina que há muito se procurava, que tinha varado a ponta mais sul da África, que tinha achado a ligação entre o Oceano Atlântico e o Mar das Índias. Quis continuar, mas escasseavam os mantimentos a bordo, e abundavam as doenças. A guarnição forçou-o a voltar. Foi cheio de lágrimas que êle soltou rumo para a torna-viagem. Logo a comêço reconheceu o grande Cabo ao qual, em memória dos temporais que passara, deu o nome de Cabo das Tormentas. Mas o rei D. João II, ao recebê-lo cheio de contentamento, baptisou êsse cabo com o nome de Boa-Esperança. Mas era mais que a esperança, era quási certeza de chegar por mar à Índia, que então animava êsse rei. Com esta viagem e com o relatório de Pero da Covilhã, restava um trôço relativamente insignificante para ligar as duas derrotas. E mais tarde, foi isso que fez Vasco da Gama. Mas já lá vamos.

Devo dizer que pouco depois dessa gloriosíssima viagem de Bartolomeu Dias apareceu a Portugal o primeiro competidor na tarefa brilhante de dar a terra a conhecer aos homens. E êsse competidor alimentou-se da nossa experiência e do nosso saber para entrar na partilha da nossa glória. O caso foi resumidamente como lhes passo a contar.

Por toda a Europa corria fama dos descobrimentos portugueses. Acudiam a Lisboa aventureiros de todas as nações, e muito especialmente italianos, para oferecerem os seus serviços ao rei de Portugal, assim como homens desejosos de se instruir na sciência em que nós



tínhamos a supremacia, que era a geografia, e na arte em que éramos especialmente peritos, que era a navegação. Dalguns dêles nos valemos para nos auxiliarem, quer como homens de sciência, quer como navegadores. Aconteceu que entre êles veio aqui um genovês chamado Cristóvão Colombo, o qual permaneceu em Portugal alguns anos, ligando-se até pelo casamento com uma portuguesa. Essa criatura inteligente e duma imaginação bastante exaltada, tendo aprendido com as nossas lições tudo o que então se podia saber da sciência do mundo, concebeu um projecto realmente grandioso, ou por outra, desenvolveu na sua cabeça êsse projecto que aliás já passara pela de muitos portugueses. Esse projecto era procurar a Índia navegando para oeste, assim como nós em geral a procurávamos navegando para leste. Sabem já todos que, sendo a terra redonda, os dois caminhos haviam de ir dar forçosamente ao mesmo ponto. O genovês instou com o rei de Portugal para que lhe desse navios para a expedição que projectava. O rei recusou. Tinha razões para isso. Em primeiro lugar, o caminho certo e seguro estava já conhecido pelas viagens de Pero da Covilhã e de Bartolomeu Dias, muito embora não tivesse sido percorrido. Em segundo lugar, as tentativas para o caminho por oeste eram constantemente feitas pelos portugueses das ilhas, à sua própria custa e sem dispêndio para o Tesouro. Que necessidade havia pois de arriscar cabedais numa cousa incerta e perigosa, quando se tinha nas mãos a solução prática do problema?

Naturalmente, o genovês não se conformou com a recusa. Pegou em si, e foi apresentar o seu projecto aos reis de Espanha, pedindo-lhes meios para o realizar. Se os reis de Espanha não haviam de ficar radiantes com a esperança de tomar o passo ao rei de Portugal! Deram navios a Colombo, e êle atirou consigo para oeste. Ia em procura da Índia, como lhes disse. E esbarrou com terras desconhecidas dos europeus, e que êle cuidou serem da Índia. Não eram tal. Era aquella parte do mundo que hoje se chama a América, e cuja descoberta se deveu portanto directamente a êste Colombo que deu com ela quando procurava outra, e indirectamente aos portugueses que o ensinaram com as lições dos seus sábios e o estimularam com o exemplo dos seus marinheiros.

Poucos anos mais tarde, tendo já morrido o rei



D. João II, o seu sucessor D. Manuel mandava uma pequena armada, comandada por Vasco da Gama, para unir os dois troços de derrota para a Índia, já percorridos. Vasco da Gama era mais um guerreiro do que um navegador. Mas, com as indicações recebidas de Bartolomeu Dias, com a experiência do piloto Pero da Covilhã, consumou brilhantemente a tarefa. As suas naus foram os primeiros navios da Europa que aportaram à Índia.

Estava realizado o sonho do infante D. Henrique, a idea que desde o comêço das navegações portuguezas presidia à sua marcha. De ora avante as riquezas do Oriente, em vez de virem para a Europa por uma longa, complicada e fatigante viagem terrestre, através de populações bárbaras e malfazejas, de desertos sem água, de trasbordos numerosos, viriam por derrota marítima direitos a Lisboa, e daqui se espalhariam pelos outros países, deixando nas mãos de Portugal, como prémio de um esforço secular, os lucros enormes do seu comércio.

Mas êsse comércio, era preciso defendê-lo, principalmente contra os negociantes maometanos ou mouros que enriqueciam à custa dêle. Era preciso remontar às origens donde provinham as preciosas mercadorias, a China e o Japão que produziam sêdas, as ilhas ainda desconhecidas que produziam o cravo, a canela, a pimenta e outras especiarias, terras misteriosas onde habitavam raças separadas até então da convivência da nossa. Durante cêrca de um século, para conseguir estes fins, os portuguezes exploraram, investigaram, correram todos os mares que ainda não tinham sido cortados por quilhas europeias. Alastraram pelo mundo inteiro, dando aos homens de presente quási três quartas partes dêle. Deixaram o seu nome, o seu sangue, a sua alma, por todas as costas até então por assim dizer desperdiçadas para a humanidade. E tam duradouro foi o seu esforço, apesar de todas as vicissitudes que sôbre êle tem passado, que o seu vestígio se encontra, pode-se dizer, em quási todos os recantos do globo.

Deitem uma gota quási invisível duma essência forte numa grande vasilha de água. Aos seus olhos, a água não se alterou com aquella porção mínima de líquido que nela se engoliu. Mas em toda a vasilha não há uma gota que não denuncie pelo perfume a existência daquela partícula. Foi assim o génio portuguez, alastrando pelo mundo inteiro, por forma que vós outros, mari-



nheiros, ainda nas vossas longas viagens podereis encontrá-lo, diluído por assim dizer na substância de todas as raças humanas, êsse perfume que um povo de pouco mais de dois milhões de homens espalhou pelas populações da terra, que andariam por centenas de milhões. Achá-lo heis mais poderoso em todos os pontos em que mais duradouro foi o nosso domínio, no Brasil, que é filho da nossa raça, em todas as colónias que ainda hoje possuímos, na ilha de Ceilão onde se fala ainda um dialecto mesclado de português, em Malaca onde existe também uma algaravia derivada da nossa língua. Mas outros vestígios aparecem, em pontos em que a convivência dos nossos foi mais passageira. A língua japonesa por exemplo tem palavras arrancadas à nossa. Na tradição histórica do Japão figura a notícia das armas de fogo, introduzidas há mais de três séculos pelos portugueses. Ainda há pouco se me deparou um vestígio curioso da influência portuguesa em terras muito distantes. Sabem como nas ilhas da Oceania se designam os moleques? Por uma palavra inglesa — *picanninies* — que é evidente corrupção da palavra portuguesa *pequenos*.

Parecerão insignificantes êstes indícios a espíritos frios, incapazes de se aquecerem à chama do amor pátrio. Para aqueles que tem a religião da pátria, como todos os que me escutam, assim sinceramente o creio, êsses ligeiros perfumes do torrão nativo, aspirados a milhares de léguas, não-de trazer-lhes a embriaguez sagrada do orgulho. Quando numa rua de Tóquio ou de Yeddo ouvirem uma bôca japonesa articular a palavra *pan*, sentirão um movimento de ufanía ao pensarem que essa palavra é como um pedacito da nossa alma nacional que ficou nas ilhas do Japão. Quando encontrarem num aduar ou aldeia de Marrocos uma pedra com as quinellas portuguesas, ir-se-lhes há o coração para êsses antepassados, hoje desfeitos em pó, que tam longe levaram o nome de Portugal. Quem não se comove com estas tradições poderá ser sábio, valente, honesto, tudo que quiserem; o que não é, com certeza, é português de coração.



Mas Portugal não se contentou com isto: abrir o mundo diante dos olhos dos homens, que para êle estavam cerrados. Ambicionou mais alguma cousa, uma



ambição quasi insensata que contribuiu para o prostrar, mas que foi uma lição extraordinária para a humanidade civilizada. Nação pequenina e pobre de recursos nativos como era, pretendeu constituir um imenso império. Como é que um punhado de homens, por valorosos que fôsem, conseguiria avassalar dezenas de povos agueridos e impor-lhes o cunho do seu domínio? Era como, permitam-me a comparação que nem sequer é arrojada, como se três ou quatro fedelhos atrevidos se metessem num bote cacilheiro e viessem conquistar a nossa esquadra.

Pois, meus amigos, esse impossível chegou a realizar-se, durante pouco tempo é certo, mas chegou a realizar-se. O pequenote teve os gigantes debaixo de si, a arquejarem e a confessarem-se vencidos. É claro que uma cousa destas, muito embora se mova pela energia colectiva, isto é, pela força duma nação inteira concentrada para o efeito, precisa duma intelligência superior para se levar a cabo. Essa intelligência appareceu em Portugal, na cabeça de um velho, que foi ao mesmo tempo um soldado valente, um capitão hábil, um marinheiro destro, um político eminente, um administrador sagaz. Um homem em quem se ajuntaram todas as qualidades que fazem por excepção os grandes conquistadores do mundo, os organizadores dos impérios colossais que tem existido na história, só comparável a dois de quem devem ter ouvido falar, Alexandre Magno que conquistou grande parte da Ásia, Napoleão o Grande que conquistou grande parte da Europa. Esse português, que é sem dúvida o maior de todos os portuguezes nos domínios da acção, isto é, pelas suas façanhas na guerra e pelo seu tino governativo na paz, chamou-se Afonso de Albuquerque.

Curvemo-nos ao ouvir este nome, marinheiros de Portugal; curvemo-nos todos, portuguezes, devotos da religião da pátria, como um católico fervente se inclina diante da imagem do seu santo patrono, como hoje em dia um francês se inclina à simples enunciação do nome de Joffre, o generalissimo dos seus exércitos. Esse nome de Albuquerque encheu o mar das Índias e reboou por todas as terras desde o Cabo da Boa Esperança até além do Estreito de Malaca. Essa memória grandiosa avulta aos olhos do mundo inteiro, enche páginas e páginas de historiadores e sábios, principalmente lá fora, ai de nós! e apparece às nações como a do primeiro mestre do



imperialismo moderno. Ao evocá-la, parece-me sentir na espinha os arrepios de entusiasmo que deveriam impelir os portugueses diante dos muros de Goa, dos baluartes de Malaca, dos palácios de Ormuz; parece que me incha o coração, invadido pelas máximas glórias da história portuguesa. Se o mesmo não sentis, vós todos que me escutais, é que a ingratidão dos portugueses tem mantido alheia da vossa imaginação essa memória sagrada, e não tem sabido manter gravado na bôca de todos os nossos compatriotas, como se fôra o emblema da grandeza nacional, êsse nome que representa o mais acabado resumo de todas as perfeições da nossa raça.

Já era velho Afonso de Albuquerque, quando o rei D. Manuel lhe deu o govêrno da Índia. Antes dêle, tinha-o exercido com o título de vice-rei, o primeiro governador português que lá houve, D. Francisco de Almeida, homem também notabilíssimo pela grandeza do seu heroísmo e pela integridade do seu carácter. Afonso de Albuquerque já antes se tinha notabilizado no Oriente pelas suas façanhas, principalmente entre o Mar Vermelho e o Gôlfo Pérsico. Fôra isso que lhe valera a sua nomeação. Não cabe aqui rememorar por miúdos quanto êle fez durante os seis anos da sua governação. Limito-me a traços muito gerais, como não pode deixar de ser.

D. Francisco de Almeida entendera que a acção portuguesa deveria resumir-se a manter os mares limpos de toda a navegação dos mouros e estabelecer feitorias pela costa, para que todo o comércio estivesse nas nossas mãos. Nesta orientação, prestara relevantes serviços, sobretudo derrotando o grande poder dos turcos na batalha naval de Diu.

Afonso de Albuquerque, ao tomar o govêrno, percebeu que a persistência do comércio nas mãos dos portugueses não era possível sem o domínio efectivo nas terras onde os mouros tinham até então dominado ou exercido influencia preponderante. Idealizou portanto o estabelecimento do império português do Oriente. Pôs mãos à obra. Curvou os soberanos do Malabar diante das quinellas portuguesas; assenhoreou os mares do Oriente; cortou as comunicações mercantis dos mouros apossando-se das principais portas por onde êles traziam lá do fundo do Oriente ou levavam para o Ocidente as mercadorias; Malaca, por onde passavam as especiarias vindas das ilhas do grande Pacífico, as lacas, os marfins,



as sêdas, vindas da China e do Japão ; Ormuz, por onde essas riquezas e as da Índia entravam para a Pérsia, para daí serem distribuídas pelas nações que com ela confinavam ; procurou tomar Aden, para que pelo Mar Vermelho e pelo Egipto os negociantes mouros não pudessem introduzir essas riquezas na Europa. Lançou os olhos para a costa da Índia, e escolheu nela a capital do grande império que fundava. Era a cidade de Goa, que por duas vezes conquistou e que nunca mais deixou de ser portuguesa. Governou com tal inteireza a gente de todas as raças que lhe estava sujeita, que depois da sua morte os índios vexados e oprimidos iam pedir justiça ao seu túmulo. Procurou, favorecendo o casamento de portugueses com gente da terra, formar gerações mestiças que suprissem a penúria dos colonos idos do reino e mantivessem de pais a filhos a dedicação ao império de Portugal. Realizou a mais importante parte da empreza que o colosso inglês executou depois em dois ou três séculos. E fez tudo isto, já velho e cansado como disse, no curto espaço de seis anos, guerreado constantemente pelos intrigantes, pelos depravados, pelos ambiciosos, pelos espoliadores, que o enredavam com o rei de Portugal. Fez tudo isto com recursos tam insignificantes que, diz êle próprio numa das suas cartas, nunca chegou a reunir três mil soldados portugueses válidos, com navios meio podres, com armas insuficientes e más, com traições a surdirem-lhe debaixo de cada passo, defendendo a fazenda e o renome do seu rei com uma honestidade sem mácula, com uma lialdade sem igual. ; Sabem qual foi o prémio ? O rei de Portugal deu ouvidos às intrigas, e substituiu-o no momento em que êle levantava ao maior auge o império que às suas mãos devia principalmente êsse rei. Chegou à Índia o seu substituto no momento em que êle voltava de Ormuz, por êle definitivamente conquistada, em tal estado de doença que bastou a notícia da ingratitude do rei para lhe apressar a morte. Cerrou os olhos à vista de Goa, a sua bem amada capital, tendo pouco antes proferido as memoráveis palavras que a história registou como o resumo de uma grande vida alanceada pela ingratitude humana : «Mal com os homens por amor de el-rei, mal com el-rei por amor dos homens». O seu cadáver veio da nau em que êle expirou para terra, sentado numa cadeira dentro de uma embarcação pequena. Cobria-o o hábito de Santiago, de que êle era devoto. As suas compridas



barbas brancas caíam-lhe pelo peito abaixo, prêsas no extremo por um laço negro, como era seu costume. Parecia que a vida o não desamparara; e por isso, entre as lágrimas que toda a população de Goa derramava diante dêsse corpo venerável, corria a crença de que Albuquerque não morrerá, mas fôra chamado por Deus para comandar os exércitos dos anjos. Eis como foi o fim dêsse grande homem, a 16 de Dezembro de 1515, isto é, há quasi quatro séculos que se perfazem no dia 16 de Dezembro próximo. Centenário êste que deveria ser para todos os portuguezes a mais alta, a mais nobre, a mais grandiosa de todas as comemorações patrióticas; a confluência, em volta da mais admirável personalidade da nossa raça, de todos os corações, sem distinção de classes, sem distinção de partidos, sem distinção de crenças; o levantamento dessa memória sacrosanta diante do mundo inteiro, como se fôra uma hóstia elevada pelas fortes mãos de Portugal para veneração dos povos.

Esse quarto centenário da morte de Albuquerque completaria assim o jubileu começado em 21 de Agosto pelo quinto centenário da conquista de Ceuta. Por esta forma se comemorava em quatro meses o século mais fecundo, mais brilhante, mais excelso, da história de Portugal, desde o primeiro passo para a nossa expansão marítima, dado na incorporação daquela cidade mourisca aos nossos domínios, até o auge do nosso poderio naval, que coincide com a morte do maior dos nossos capitães e dos nossos estadistas.

Pouquíssimo se fez para assinalar o quinto centenário de Ceuta, e tenho o triste pressentimento que menos se fará para comemorar o quarto centenário de Albuquerque. A ingratitude persegue êste nome illustre, ainda deois da morte. Os seus ossos, vindos de Goa, andaram aos baldões no convento da Graça, onde ainda se encontram, sem identificação segura, sem sepultura apropriada. Só há meia dúzia de anos se elevou um monumento para consagrar a sua glória, monumento acanhado para a grandeza dela, porque o seu custeio safu do legado de um benemérito homem de letras, Simão José de Luz Soriano, inaugurado quasi à capucha, porque o nome de Albuquerque era talvez menos celebrado na sua terra do que na terra alheia, principalmente na Inglaterra, que o considera, por assim dizer, o supremo mestre da sua política colonial. E eu arrosto com a aleunha de importuno, aproveitando êste ensejo para dizer a vós todos



que me escutais, governantes da República, oficiais de terra e mar, marinheiros de Portugal: urge reparar a falta que se tem cometido para com a memória do grande homem; urge por honra nossa celebrar com imponentia o centenário de quem fez de Portugal, em seu tempo, a maior das nações do mundo; urge dar às cinzas do máximo dos heróis portugueses, a sepultura que lhe compete, na igreja dos Jerónimos, defronte das cinzas de Vasco da Gama, que descobriu o caminho das terras onde Albuquerque se immortalizou, de Camões, que foi o maior cantor das glórias de Portugal. Por feliz me darei, se uma partícula do meu entusiasmo entrar nas vossas almas para que não se negue a justiça póstuma ao grande homem, que não alcançou justiça em vida.

\*

Estamos a bordo de um navio cuja existência ateste o patriotismo dos portugueses, construído como foi à custa de uma espontânea subscrição nacional. ;Há-de esse patriotismo ter desfalecências, quando se trata de levantar aos olhos do mundo uma grande memória? Não o creio. O nome de Adamastor, dado a êste navio, prova que as grandes tradições, quer sejam históricas, quer poéticas, são sempre invocadas para alentar os espíritos e levantar os corações. Esse nome sonoro, que parece cantar-nos aos ouvidos, não passa afinal de contas de um sonho, mas sonho que surgiu no cérebro do maior poeta da nossa raça, e a sua evocação representa, antes de tudo, uma homenagem ao génio de Camões. Mas mais alguma cousa significa. ;Que é, com efeito, Adamastor? Essa figura não teve existência real, não viveu no mundo. Surgiu, como disse, na imaginação do grande poeta. É uma personagem simbólica, quere dizer, a representação de uma fôrça da natureza, como, para usar de uma comparação muito familiar, João Pestana é para as crianças a representação do sono, como aquelas barbudas estátuas de pedra que há na Avenida representam os dois grandes rios de Portugal, o Tejo e o Douro. ;E que representa Adamastor, esse criação sublime, que todo o mundo admira como uma das maiores que surdiu em cabeça de poetas? Adamastor é o gigante dos mares, que no Cabo da Boa Esperança aparece a Vasco da Gama, formidável, terrível, com a cabeça hirsuta a topetar no céu, para incutir pavor aos



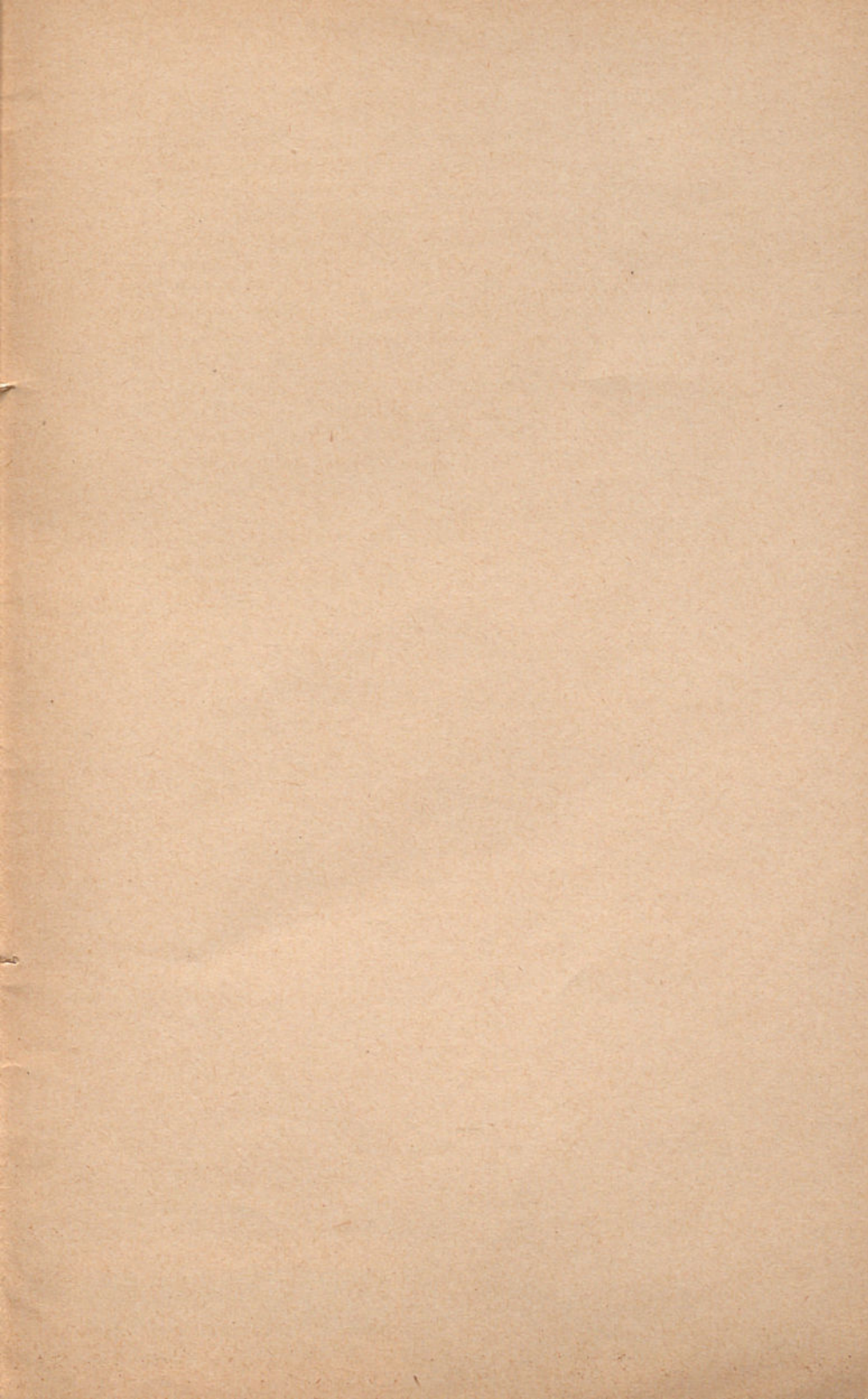
homens que se atrevem a descobrir os seus segredos. É, se me permitem ainda a palavra vulgar, o Papão do Oceano, o guarda dos mistérios da Terra, que prognostica as maiores desgraças a quem se aventurar a unir pelo conhecimento mútuo as raças de homens espalhadas pelo mundo. Mas Vasco da Gama, que é no poema a personificação de Portugal, dá graças à Fortuna que tam longe o levou, e segue avante sem medo. Adamastor é vencido. E o pequeno Portugal realiza a maior das conquistas que se tem feito desde que o mundo existe: a conquista da Terra para os homens.

Aqui tendes como a tradição marítima da nossa pátria anda estreitamente ligada ao nome do navio em que me é dado falar-vos. Aqui tendes como, para concluir a palestra que já vai longa, embora tenha ao de leve apenas versado o assunto, os portugueses precisam recordar a sua vitória sôbre o Adamastor do passado para encararem sem medo todos os Adamastores do futuro.



EDITO CIRCULIA VIVE  
ROMULO DE CARVALHO













RÓ  
MU  
LO



CENTRO CIÊNCIA VIVA  
UNIVERSIDADE COIMBRA

\*1329643974\*



